



**Pós-Graduação
(Lato sensu)**

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

UNIDADES INSTRUCCIONAIS I e II

Autor: Prof. Dr. Francisco Paulo

**Brasília, DF
2007**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: Ética, Moral e Valores.

- Perspectiva histórica da ética;
- Teorização e conceitos de ética e moral;
- Ética, moral, seus contextos e dilemas;
- Valores.

Objetivos de ensino

Ao final desta Unidade, o aluno será capaz de:

- Conhecer a historicidade da ética;
- Compreender os conceitos de ética, moral e valores;
- Aplicar conceitos da ética, moral, valores.
- Analisar contextos e dilemas desses elementos.

1 Considerações gerais e conceitos básicos

Este estudo é uma revisão bibliográfica. Os conceitos e alguns pensamentos contidos neste trabalho não são de autoria do pesquisador, mas construídos em estudos acadêmicos, pesquisas e vivência.

Por que estudar ética?

Cada um de nós deve pensar e agir isoladamente, sem considerar o outro, olvidando-se de que somos parte de uma grande comunidade planetária?

Podemos imaginar que apenas um ou outro entre nós tem direito a uma vida justa, bela e feliz?

Podemos ter uma vida boa negligenciando o interesse do outro e o bem-estar social?

A luta sem limites pela sobrevivência individual coopera para a sobrevivência da espécie humana?

Haveria algum tipo de falha mais danosa a uma carreira que uma falha ética?

Falhas éticas laboram para que as organizações sejam longevas e tenham sucesso?

A ética é discutida desde remotas eras. Diversas correntes doutrinárias abordaram a temática, como as escolas aristocrática, sofista, socrática, platônica, aristotélica, cristã, kantiana, moderna e contemporânea.

Vamos conhecer um pouco da historicidade da ética?

Aprenderemos porque os sábios antigos diziam, e muitos novos também, que o homem virtuoso, ao conhecer o bem, o deseja e o adota como guia da sua vida; que o homem virtuoso age em conformidade com as coisas da natureza e com sua própria natureza; porque o agir humano é indissociável dos valores maiores da humanidade como o direito à vida, à liberdade, à justiça e à felicidade.

Embora se diga que, com base nos textos de Platão e de Aristóteles, no ocidente a ética ou filosofia moral inicia-se com Sócrates (CHAUÍ, 2005), estudaremos também, de forma breve, o período pré-socrático.

A Era Aristocrática

Na era pré-socrática, entre os séculos X e VIII aC, época das epopéias homéricas, teria existido a ética aristocrática. Tal corrente considerava que ética era virtude, chamada de *aretê*. Seria atributo inerente à nobreza, cujas características eram a conduta cortesã, a honra e o heroísmo guerreiro pelos grandes feitos. Assim, a virtude e a ética seriam próprias dos nobres e guerreiros. Os pensadores mais representativos dessa era são Homero e Hesíodo.

A Era Sofista

Da corrente sofista sabe-se que os mestres ensinavam por interesses próprios, sob remuneração. Tinham menos interesse pelo saber do mundo e mais por conhecer o homem político e jurídico. As bases de suas teorias eram o discurso convincente, a retórica e o poder de persuasão.

Segundo Vázquez (1992, p. 237), o sofista não objetivava conhecimento gratuito e especulativo, “mas prático, tendente a influenciar na vida pública. Por esta razão, os sofistas se transformam em mestres que ensinam principalmente a arte de convencer, ou retórica”.

Deriva daí que, se o ânimo era convencer pela eloquência, a busca da verdade e de normas geralmente válidas ficava em segundo plano e não existiria verdade nem erro, e as normas seriam transitórias. Seria uma relativização da ética e da moral?

Dessa corrente eram Protágoras e Górgias. Para Protágoras, tudo é relativo ao sujeito, ao ‘**homem, medida de todas as coisas**’ (VÁZQUEZ, 1969, p. 237). Talvez interpretação relativista do sofisma signifique que as coisas são apreciadas e medidas pelo homem individualmente e, por isso, dependeria das construções mentais de cada um, o que prestigiaria o relativismo e confirmaria a ideia da inexistência de verdade e de erro.

Em que pese ao sentido emprestado ao sofisma, interpretação isenta do enunciado comporta percepção conducente ao entendimento de que o homem, assim entendido a espécie humana e não o homem isoladamente, seria a finalidade de tudo que se pensava e fazia, ou deveria ser, emprestando à afirmação certo caráter generalista e humanista. Não há notícia, porém, de tal interpretação pelos estudiosos.

A Era Socrática

Sócrates, ateniense, viveu de 470 a 399 aC. Desafeto da democracia de Atenas, foi condenado pelo senado a tomar cicuta sob a acusação de corromper a juventude. Considerado, na época, o homem mais sábio da Grécia, não deixou escritos. Seus pensamentos são conhecidos por meio de seus discípulos, em especial de Platão.

Ensinava de forma gratuita. Reunia pessoas nas ruas para dialogar sobre a vida, a ética e a virtude. Pelo diálogo socrático, chamado à época de *maieutica*, Sócrates considerava que formulando perguntas a partir de respostas que recebera, e assim sucessivamente, alcançaria a essência das coisas.

“*Conhece-te a ti mesmo*” é uma redução de seu pensamento de que o saber fundamental é o conhecimento sobre o homem, que seria baseado em três elementos: conhecimento universalmente válido, conhecimento moral e conhecimento para agir.

Racionalista, ressaltou a concepção do bem como a felicidade da alma e do bom como aquilo que servisse para a felicidade.

A virtude (*aretê*) seria uma capacidade inata, radical e última do homem, oriunda do conhecimento. Já o vício seria derivado da ignorância. Diante disso, o sábio dizia que quem agia mal o fazia porque ignorava o bem e, por conseqüência, ninguém faria o mal voluntariamente, mas por desconhecimento.

Contribuição relevante de Sócrates para os dias de hoje é a de que a virtude poderia ser aprendida. Pela educação o homem se libertaria da ignorância e seria capaz de se emancipar, pois conhecendo o bem

aspiraria ao bem e nele agiria, e seria capaz de ser feliz. Bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçariam, segundo Sócrates.

A Era Platônica

O ateniense Platão viveu de 427 a 347 aC. Filho de família aristocrática, seguiria carreira política, mas ainda jovem mudou seus rumos ao conhecer Sócrates, de quem foi discípulo. Após a morte de seu mestre, temendo represálias, saiu de Atenas e voltou dez a doze anos depois para fundar a Academia de Atenas, que funcionou por mais de novecentos anos.

Como seu mestre, adotou o diálogo aberto, o método socrático, a busca de verdade e do conhecimento.

Estabeleceu dicotomia e relações entre o mundo que deve ser, **o ideal**, e o mundo como é, **o real**. “Todo esse mundo ideal, algo para que tudo deve dirigir, mesmo que nunca se alcance [...] o autêntico sábio procura agir sempre buscando o ideal; e, se erra, retifica” (ARRUDA, WHITAKER e RAMOS, 2003, p. 25).

Para Platão, a ética depende de dois elementos: uma visão metafísica, em que a alma se eleva pela razão ao mundo das “idéias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade e têm como cume a idéia do bem, ...” (VÁZQUEZ, 1969, p. 238); e da doutrina da alma, princípio que anima ou move o homem.

Pela razão, a alma se eleva e, pela contemplação, liberta-se da matéria para se aproximar do que realmente é, da ideia do bem. Essa purificação seria alcançada pelo exercício de virtudes que seriam a prudência, a fortaleza, a temperança e a justiça.

Segundo Platão, o indivíduo depende da estrutura do estado e a ética seria relacionada à política. Cogitou da estrutura ideal da cidade (*polis*) e do governo, lançando bases para a teoria do Estado.

A Era Aristotélica

Aristóteles nasceu em Estagira, na Macedônia, viveu de 384 a 322 aC. Foi para Atenas e, aos dezessete anos, iniciou estudos com Platão, que duraram vinte anos. Foi o Mestre de Alexandre, o Grande, na Macedônia. Voltou para Atenas e fundou a própria escola, o Liceu. Ensinava a seus alunos caminhando, passeando por jardins.

Para o sábio, o fim do homem é atingir a felicidade pela contemplação do principal atributo da vida: a razão. Pela razão, o homem buscava o aprendizado constante que o levaria a virtudes intelectuais e a práticas éticas. A ética estaria unida à filosofia política, pois a comunidade social e política seria o meio necessário da moral. O homem é animal político e social, não pode viver isolado, nem ser considerado se vive só, sem relacionamentos. A vida moral não seria um fim em si mesma, mas condição e meio para a vida verdadeiramente humana.

Para Aristóteles, a virtude não seria inata, mas construída no dia a dia. Sobre a prática das virtudes, base da ética, Aristóteles ensinava que o homem se torna justo ou injusto pelas suas relações com o outro. Ou seja, na prática se revela e se aprende a virtude, pois “tocando a lira é que se formam os bons e ou maus músicos. Isso se aplica igualmente aos arquitetos e a todos os demais; construindo bem, tornam-se bons arquitetos, construindo mal, maus” (ARISTÓTELES, Livro II, p. 41).

Dentre suas contribuições para os dias atuais, está a ideia de que “todos os que já meditaram sobre a arte de governar a humanidade estão convencidos de que o destino dos impérios depende da educação dos jovens” (HART, 2003, p. 120).

A exemplo de contribuições de Sócrates e Platão, citações de Aristóteles dão a ideia de que a ética pode ser aprendida pela educação, que pensar em ética e moral sugere contemplar relações entre indivíduos, e que o destino do homem é a felicidade.

Outras correntes de pensamento como a dos estóicos, epicuristas, a da ética cristã medieval e a da ética de Kant, de Rousseau e de Hegel são importantes no estudo da historicidade da ética.

Para os estóicos e epicuristas, o bem supremo seria viver de acordo com a natureza. Moral seria definida não em relação à sociedade (*polis*), mas ao universo, o que guarda certa correlação com o pensamento de que o homem é parte de um todo maior, a grande nação planetária. Tinham a física como premissa da ética, pois afirmavam que a questão moral seria contemplada à vista da necessidade física, natural, do mundo.

Segundo os estóicos, representados pelo grego Zenão e pelos romanos Sêneca, Epíteto e Marco Aurélio, o cosmo seria guiado por um único ser que teria Deus como princípio, alma ou razão.

O bem supremo seria viver de acordo com a natureza, segundo a função de cada um no universo, não com sua função na *polis*. O homem deveria conservar a quietude e a não afetação diante de impulsos interiores ou fenômenos exteriores e adotavam uma máxima que era: “nada te inquiete, nada te perturbe”.

Os epicuristas, representados pelo grego Epicuro e pelo romano Tito Lucrécio, deram certa característica física ao pensamento ao afirmar que tudo que existia era formado por átomos materiais, e que os fenômenos físicos não seriam suscetíveis à ação divina.

O bem seria o prazer, mas nem todo prazer seria bom, incumbindo ao homem escolher aqueles “mais duradouros e estáveis, que não são os corporais (fugazes e imediatos), mas os espirituais, isto é, os que contribuem para a paz da alma” (VÁZQUEZ, 1969, p. 242). O prazer, segundo Epicuro (341-270 aC), seria ausência de sofrimentos para o corpo e ausência de inquietações para a alma

Na ética cristã, os pensadores cristãos diziam que o fim último era Deus, não a felicidade do homem. A conduta moral seria definida em relação a Deus, não mais à sociedade.

Os imperativos incondicionais e absolutos viriam de Deus, pois a ordem divina sobrepujaria a ordem natural humana. Assim, o homem deveria observar a relação com o Criador para ter salvação no outro mundo.

Os principais filósofos cristãos foram Santo Agostinho (354-430 dC), de quem a base filosófica era o pensamento de Platão - interioridade, purificação da alma para elevação às idéias, vontade e amor, e São Tomás de Aquino (1226-1274 dC), com sua ética tomista, derivada do pensamento aristotélico – o homem como ser social, vida contemplativa como caminho e Deus como fim que leva o homem à felicidade.

A ética kantiana

A ética de Kant é a ética do dever. É formal e autônoma, baseada em um pensamento antropocêntrico. O homem deve agir por respeito ao dever, pela sua consciência ética, sem um elemento coercitivo que o obrigue a agir, isto é, sem norma que o obrigue. O indivíduo seria o legislador de si, agiria como ser autônomo, livre, ativo e criador. Deveria agir de maneira que pudesse querer que o motivo que o levou a agir se tornasse uma lei universal.

Para Chauí (2005, p. 317), o dever em que se baseia a ética kantiana é retratado como uma lei interior, uma universalidade e como uma justificação do fim a que se propõe, não do meio. Esse dever estaria em três máximas kantianas.

A primeira máxima, “Age como se a máxima de tua ação devesse ser erigida por tua vontade em lei universal da natureza”, traduz o alcance do dever a todos os homens racionais, em qualquer tempo e lugar como uma lei natural.

Na segunda máxima “Age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem, sempre como um fim e nunca como um meio” afirma que as pessoas devem se tratadas não como instrumentos e meios para consecução de interesses, mas como fim, não como coadjuvantes, mas como atores principais.

Por fim, a terceira máxima “Age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais” sugere que o homem deve agir por uma lei interior, livre e autônoma, não por força de norma ou lei exterior a que se obrigaria a cumprir e em que basearia seu ato.

A boa vontade, ou a intenção de agir eticamente, por obrigação ou por dever, mas autônoma e livre, é a base da ética kantiana. O fundamento da moral e da ética seria a intencionalidade pessoal, não o agir por força de norma exterior. Assim, deve o homem ético fazer do cumprimento do dever um ofício de vida.

A ética vista por Rousseau

Antes de Kant, Rousseau dizia que o dever lembrava ao homem que sua boa índole cobrava seu retorno ao estado natural. Afirmava que, por inspiração divina inscrita na natureza e nos corações, o homem nasceria puro, bom, generoso e benevolente com o outro.

Para o pensador, os interesses privados teriam tornado o homem egoísta, mentiroso e destrutivo, e para evitar estas não virtudes, o homem recorreria ao dever.

Hegel se contrapôs aos contemporâneos Rousseau e Kant, pois julgava que ambos não teriam considerado o homem como ser histórico e cultural, ou seja, não teriam contemplado o homem como componente de grupos familiares, religiosos, científicos, técnicos, políticos, empresariais e outras formas grupais.

Dizia Hegel que Rousseau e Kant tinham dado mais atenção à relação entre o homem e a natureza que entre o homem e a cultura, que teriam feito relações entre ética e sociabilidade a partir de relações pessoais, que seriam frágeis para o estudo da ética. Deveriam, dizia o sábio, considerar as relações sociais no âmbito de instituições sociais que moldam a vida dos homens como a família, a sociedade civil, o Estado.

Para Hegel, a ética estaria vinculada a certo tempo e lugar, pois a sociedade e a cultura criariam os valores positivos e negativos, o que seria permitido ou não.

Haveria no pensamento de Hegel relativização da ética? Ou seria da moral?

A ética e o utilitarismo

Bentham e Stuart Mill diziam que a ética deveria ser apreciada sob a ótica da maioria, pois seu objetivo seria o bem-estar do maior número de pessoas. As ações humanas seriam tanto mais éticas quanto maior fosse a quantidade de pessoas felizes, e não pelo nível de felicidade de um indivíduo em separado.

Esses autores criaram, assim, o que passou a se chamar de princípio da **felicidade maior**. Maior não em relação ao bem-estar da pessoa, mas em relação à quantidade de pessoas com bem-estar.

Agora que você foi apresentado à historicidade da ética, vamos tentar conceituar ética e moral?

Para você, o que é ética? E moral? Ética e moral têm o mesmo sentido?

Nesta seção apresentaremos alguns conceitos de ética, moral e valores. O estudo não tem, no entanto, a pretensão de estabelecer marcos teóricos definitivos, mas o objetivo de lhe auxiliar na construção de conceitos que retratem sua percepção sobre tais temas.

Começemos pelo Dicionário Aurélio:

Ética: “estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto” (1996, p. 733).

Moral: “conjunto de regras de condutas consideradas válidas, quer do ponto de vista absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada” (idem, p. 1158).

E como pensava VÁZQUEZ?

Ética: “ciência do comportamento dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano” (1992, p. 12). Seu objeto de estudo são os “atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em conjunto”. E complementa: “é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano” (idem, p. 13).

Moral: “conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada” (1992, p. 25).

O que dizem Japiassú e Marcondes:

Ética: “Parte da filosofia que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidades e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral, etc.)...”, e acrescentam: “mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas” (1996, p. 93).

Moral: em sentido amplo seria “teoria dos valores que regem a ação ou conduta humana, tendo um caráter normativo ou prescritivo”. Em sentido estrito, a moral “diz respeito aos costumes, valores e normas de conduta específicas de uma sociedade e cultura...” (1996, p. 187).

E Srour, o que acha?

Ética: “diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, opera no plano da reflexão ou das indagações, estuda os costumes das coletividades e as morais que podem conferir-lhes consistência” (2000, p. 29).

Moral: “conjunto de valores e de regras de comportamento, um código de conduta que coletividades adotam, quer sejam uma nação, uma categoria social, uma sociedade religiosa ou uma organização” (idem, p. 29).

Para Chauí, (2005, p. 310), ética pode ser entendida como “... filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais”.

Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p. 42) dizem que ética é “parte da filosofia que estuda a moralidade do agir humano, quer dizer, considera os atos humanos enquanto são bons ou maus”.

Explicam que o agir humano citado é aquele deliberado e consciente, isto é, quando o homem é capaz de discernir o que é bom e mal, certo e errado. Não é, logo, o ato praticado por falta de conhecimento ou que independa da vontade do homem.

Essas linhas conceituais lhe ajudaram a entender o que é ética e moral?

Que tal conhecermos a **etimologia** de cada termo?

Marilena Chauí:

Ética: de origem grega derivada de êthos (com som fechado na vogal “e”) significa costume. Se derivada de éthos (som aberto na vogal “e”), é caráter, índole natural, temperamento.

Moral, de origem latina, *mos ou moris*, significa costume, e no plural, *mores*, “significa os hábitos de conduta ou de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas” (2005, p. 307).

Vázquez: (1998)

Ética vem do grego *ethos*, que quer dizer modo de ser ou caráter.

Moral vem do latim *mos* ou *mores*, que significam costume ou costumes.

A propósito da moral

Como vimos nos enunciados, “moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (VÁSQUEZ, 1998, p. 63). Derivam desse conceito várias reflexões.

O agir moral se subordina a ordem normativa, com regras de conduta, validado e aceito pelo homem e por grupos, tornando viável a convivência humana.

Quando alguém age com falta de moral não significa que a norma possa ser negligenciada, pois sua exigência e validade permanecem de forma independente de nossa vontade. Assim, ao errar, resta ao homem retornar ao caminho da norma social, pois seu erro não a invalida nem a desmerece.

Como as normas de conduta são aceitas livre e conscientemente pelo homem, a esse não assiste motivo para descumpri-las, nem para alterá-las a seu critério, pois inobstante serem dirigidas ao agir individual, são oriundas de uma coletividade de certa cultura e a ela também dirigida. Eventual desobediência e falta de apreço à norma lhe retirariam utilidade social, tornando inviável a convivência.

Tendo em vista que as normas regulam o agir individual e social, cogitar-se do que seja ou não moral sugere análise dos atos individuais em relação ao outro, à coletividade. Ou seja, no plano social, na convivência, é que os atos podem ser considerados morais ou imorais, se afetam ou não o outro ou os outros.

Para Srour (2002, p. 26), a moralidade é contemplada “quando um agente afeta os outros com aquilo que decide e faz, quer infringindo, quer seguindo padrões socialmente prescritos”.

O **ato moral** afeta o outro positivamente e as normas sociais são cumpridas. O **ato imoral** afeta negativamente e não são observadas as normas. E o **ato amoral** seria aquele que, inexistindo prescrições normativas, não afetaria positiva ou negativamente o outro.

Em Brasília, por exemplo, o condutor de veículo é obrigado a parar antes da faixa de pedestre quando este estiver atravessando a faixa:

É moral parar antes da faixa de pedestre para o outro atravessar a rua;

É imoral não parar ou parar em cima da faixa de pedestre quando o outro estiver atravessando a rua;

É amoral conduzir o veículo sem parar quando inexistir faixa.

Esses conceitos e suas origens sugerem que ética é princípio, moral são aspectos de conduta específicos; ética é universal, moral é localizada; ética é permanente, moral é temporal; ética é universal, moral é cultural; ética é regra, moral é conduta da regra; ética é teoria, moral é prática; ética é voluntária, moral é normativa.

Nossa busca de conceituação é dialética. Por isso, você é livre para pensar criticamente e construir seus conceitos de ética e moral, e para reconstruir-los, se for o caso, não para aceitar como são apresentadas, mas como devem ser, respeitada a realidade humana voltada para a busca de uma vida justa, bela e feliz.

Há quem pense que, como a moral, de fato, varia de acordo com o tempo e lugar, não existiria uma ética universal. No entanto, como cita Teles (1996, p. 23), “acredita-se que a essência do homem é eterna e que, por isso, a ética refere-se a uma essência que precede qualquer valoração e, por isto, de certa forma, é permanente, eterna e inalterável.”

Observe os seguintes exemplos:

Há tempos, ter escravos era norma, era regra, em alguma sociedade. Ora, se era norma, lei, era moral porque era a prática validada no tempo e no lugar. Mas era aceitável diante da natureza um ser humano ser dono do outro? Seria ético?

Certos segmentos do funcionalismo público concedem aumento de salários, direitos e vantagens à própria classe, mesmo laborando menos que os demais trabalhadores do país. Se o regimento interno ou norma assim prevê, o ato seria moral. Mas seria ético em um país pobre, em que a maioria das pessoas vive na miséria?

Mesmo sendo morais alguns atos e atitudes, de acordo com a epistemologia da moral, esta deve ser observada em certo contexto, levando-se em consideração o seu significado, sua função e a realidade da nação, sendo variável historicamente nas diferentes sociedades.

E ainda que os atos sejam morais, o senso ético recomenda criticar o que pode ser diferente do que é, o que merece ser aprovado ou reprovado em relação a um comportamento que possa ser considerado ideal.

E porque os atos deveriam ser criticados e mudados mesmo quando considerados morais? Porque é próprio da ética analisar as morais vigentes de acordo com os contextos e vivências. Porque, conforme conceitos universalmente aceitos (CHAUÍ, 2005), é ético educar o caráter, o temperamento ou a vontade pela razão, já que o homem deve buscar para si, e pretender para o outro, uma vida justa, bela e feliz.

Mas surge o grande dilema da ética: aliar a teoria - que é conhecimento que construímos pela leitura e pela vivência; à retórica, que praticamos pelo nosso discurso enfático a favor da ética: e à nossa prática, por meio da qual, no dia-a-dia, no relacionamento com o outro e com a natureza, exercitamos a ética. Assim, conjugar teoria, retórica e prática é um dilema que aflige o homem.

A pergunta, então, é:

**Nossas práticas traduzem nosso discurso
e nosso conhecimento sobre ética?**

E quais seriam os básicos fundamentos da ética e de moral?

O que são valores? Para que servem?

Não pretendemos neste tópico abordar axiologia (teoria dos valores morais) porque demandaria estudos teóricos aprofundados não comportados no escopo deste estudo. O objetivo é auxiliar na construção de conhecimento e compreensão de valores, que são, segundo Japiassú e Marcondes, “os fundamentos da moral, das normas e regras que prescrevem a conduta correta” (1996, p. 268).

Valor seria a importância atribuída a algo. Seria algo que leva o homem a agir, ou seja, o que faz o homem escolher uma opção em vez de outra, o que faz o homem ter mais ou menos apreço por alguma coisa, que o faz aceitar ou rejeitar algo.

Para Japiassú e Marcondes (1996, p. 268), sob uma abordagem filosófica, valor “está relacionado por um lado àquilo que é bom, útil, positivo; e por outro lado à prescrição, ou seja, à de algo que deve ser realizado”.

Para Tamayo e Schwartz, valores são princípios “relativos a estado de existência ou modelos de comportamentos desejáveis que orientam a vida do indivíduo e expressam interesses individuais, coletivos ou mistos...” (1993, p. 330).

Nessa linha, podemos compreender valores como elementos de harmonização dos interesses individuais ou gerais, funcionando como pilares da consciência que devem guiar a ação humana sob o ponto de vista individual ou coletivo.

A sociedade vive num contexto de contradições, de tensões entre indivíduos e povos, de busca por pacificação de interesses, por moderação de desejos exacerbados. Essa realidade recomenda o estabelecimento de valores que possam ser de aceitação geral para que a vida comunitária global possa ser considerada moral.

Nessa linha, a Comissão para Governança Global (1996) lista “valores globais” a serem considerados comuns, que são:

Respeito à vida

A vida é o bem maior de cada indivíduo, princípio vital traduzido pelo estado de não-violência a ser zelado por todos, e pela proteção segura contra todos os vetores de violência e de ameaça à vida.

Direito à liberdade

A liberdade é um bem inalienável pelo qual o homem tem o direito de escolher o rumo de sua vida, de exercitar suas potencialidades, de ir ou de ficar, de fazer ou não algo, de aceitar ou rejeitar, de conformar-se ou irresignar-se, de calar ou reclamar, de reivindicar.

Justiça e equidade

Direitos básicos indispensáveis à paz e ao progresso. Justiça é dar a cada um o que tem direito. Equidade é dar oportunidades iguais a todos de viver com dignidade, na medida em que sejam iguais ou desiguais.

Injustiça e falta de equidade eram localizadas. Com a proximidade dos povos e alteração das relações econômicas, políticas e culturais, geradas pela globalização, tendem a extrapolar fronteiras.

Respeito mútuo

O respeito ao outro ser humano reflete o respeito a si mesmo, traduz a dignidade que cada um atribui a si mesmo. Se há respeito mútuo, a pessoa reconhece sua dignidade e a alheia. A prática da tolerância com outro é capaz de conduzir ao respeito mútuo, de colaborar para uma sociedade mais amena e receptiva à diversidade.

Solidariedade

Um mundo mais compassivo é possível quando o indivíduo se preocupa com o outro, quando cada um, se sentindo responsável pelo todo, se compromete com os demais e, em especial, pela ação, se compadece dos menos favorecidos.

Integridade

A integridade, que é a retidão de caráter, gera confiança nas relações entre pessoas, organizações, nações e países. Coopera para entendimento e preservação dos valores e outros

fenômenos sociais validados pelos indivíduos e carrega certo potencial indutor de busca do bem comum.

Estrutura dos tipos motivacionais

A respeito de valores, o doutor Tamayo, professor da Universidade de Brasília e o doutor Schwartz, da universidade de Jerusalém, elaboraram estudo sobre a estrutura motivacional dos valores humanos. Os pesquisadores adotam uma matriz de motivações para estruturar um conjunto de valores, com certo corte prático e apreço ao conhecimento construído.

Para os eméritos estudiosos, valores são corporificados pelo querer agir em situações, pelo desejo de algo pelo indivíduo, por metas que o ser almeja atingir, ou seja, os valores inspiram motivações que guiam o comportamento humano.

O estudo aborda valores sob o enfoque de metas e motivações modernas, práticas e vivências dos indivíduos no dia-a-dia e, talvez, nos dias vindouros. Por isso, é útil apresentar a contribuição dos doutores Tamayo e Schwartz como convite à reflexão sobre cada valor.

Hedonismo, cuja meta motivacional seria o prazer e a gratificação sensual, serviria a interesses individuais.

Auto-realização, guiada por interesses individuais e pela qual o homem busca o sucesso pessoal por intermédio de suas competências.

Poder social: motivada por interesses individuais para atender a necessidades pessoais de poder, com o qual o homem obteria prestígio e controle sobre pessoas.

Autodeterminação, que seria o ânimo interno para agir, pensar e escolher, estimulada no âmbito individual.

Conformidade, que seria a contenção de impulsos para conformar o agir individual aos acordos sociais, ao ordenamento institucional, atende a interesses coletivos.

Benevolência, que seria a compassividade e o interesse pelas pessoas próximas, atende a interesses coletivos.

Segurança, busca a proteção individual e dos outros, com o que cooperaria para a segurança geral, opera no âmbito individual e coletivo.

Tradição, atende a interesses coletivos, é representada pelo respeito e aceitação dos ideais e cultura da sociedade a que pertence o indivíduo.

Estimulação, representada pela busca do novo, da mudança, com o que o homem descobriria formas de se adaptar e melhor usufruir do mundo, atende a interesses individuais.

Filantropia, traduzida pelo interesse do ser pelo outro e pela natureza, pelo bem-estar alheio por meio da ação, atende a interesses individuais e coletivos.

Alguns valores tipificados como de interesses individuais se oporiam aos valores de interesse da coletividade, outros teriam interesses mistos. Observe que os valores “conformidade”, “segurança” e “tradição”, que sugerem manutenção da estabilidade e zelo pela cultura, conflitam com a busca do novo representada pela “estimulação.”

Já “hedonismo”, “poder” e “auto-realização”, cuja característica é o interesse próprio, não guardam sintonia com “filantropia” e “benevolência”, que têm certo aspecto altruísta e transcendente.

De qualquer forma, a escala de valores de cada indivíduo variará de acordo com sua realidade e com o contexto, devendo ser presidida, entretanto, no homem de agir ético e moral, por valores essenciais como o direito à vida, à liberdade, à justiça e à solidariedade.

Note que tanto os valores citados por Tamayo e Schwartz como aqueles aludidos pela Comissão para Governança Global estão, de forma clara ou implícita, na Carta Magna:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional com solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

A propósito da Constituição Federal – CF, vamos debater?

A Carta Magna e as leis se bastam à fruição dos direitos do cidadão?

Na prática, o que o homem deve fazer para fazer valer seus direitos?

A eterna vigilância seria o preço dos valores fundamentais?

UNIDADE INSTRUCIONAL II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade II: Cidadania, movimentos sociais e responsabilidade social

- Teorização e conceitos de cidadania;
- O papel da educação na formação da cidadania;
- Movimentos sociais;
- Responsabilidade social.

Objetivos de ensino

Ao final desta Unidade, o aluno será capaz de:

- Conhecer conceitos de cidadania, movimentos sociais e responsabilidade social; compreender sua importância na promoção de transformações sociais; analisar, aplicar, sintetizar e avaliar processos de exercício de cidadania, de movimentos sociais e de responsabilidade social.

CIDADANIA

Você aceita a banalização da miséria e da violência?

É ético e moral o cerceamento de seu direito de reclamar e de indignar-se perante as mazelas de seu bairro, da sua cidade, do seu país, da humanidade?

Você acha que a sociedade tem um futuro promissor, que está preparando um mundo bom para você e para seus filhos?

Ou vamos precisar da ação de todos para construir um mundo melhor?

O que é cidadania? Para que serve?

Cidadania traduz a condição política e social do cidadão, assim entendido, segundo o dicionário Aurélio, “o indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este” (FERREIRA, 1996, p. 403).

Etimologicamente, cidadania é originária de *civitas*, que quer dizer cidade em latim. Cidadania significava direito à cidade, a condição política e social de um indivíduo, dos seus direitos e deveres.

Na Grécia antiga, cidadão era o indivíduo ativo da *polis – a Cidade-Estado dos gregos*, em pleno exercício de seus direitos e de responsabilidades na condução dos destinos da sociedade. Se adotarmos para Estado a idéia de uma sociedade politicamente organizada, talvez possamos, a partir dos direitos e deveres do cidadão, delinear o significado de cidadania.

O homem, organizado politicamente, tem direitos protegidos pelo Estado, mas tem também o dever com este de exercitar seus direitos visando à garantia da fruição desses direitos, já que é sujeito ativo e criador do Estado. Se este não alcança os objetivos a que se destina, impõe ao cidadão atuar ativamente em busca de sua eficiência. **É o dever de reclamar direitos.**

Assim, ser cidadão, o exercitar da cidadania, sugere o usufruto, pelos indivíduos, de seus direitos plenos e práticas ou ações ativas para a fruição desses direitos visando ao estado de bem-estar de todos. Dallari assim conceitua cidadania:

“A Cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade no grupo social” (1998, p. 14).

E como se dá o exercício da cidadania?

A manifestação explícita do cidadão, pela palavra ou pelo ato, sobre o que considera justo ou injusto, certo ou errado, adequado ou inadequado para a condução do interesse público, é a prática da cidadania. E porque o cidadão haveria de considerar algo justo ou injusto, certo ou errado, já que delegou a grupos de pessoas, por voto, a condução dos destinos da nação?

Essa manifestação advém da valorização da vida e da dignidade humana. Aflora pelo respeito a si e ao outro, pelo sentido de solidariedade, pelo abandono do comodismo e da indiferença ante as mazelas e injustiças sociais, pelo desapego ao egoísmo, na luta pelo todo e não somente por si.

O regime político do Brasil não é de democracia direta, ou seja, de participação direta de todos os indivíduos nas decisões que afetam a sociedade. É democracia representativa, em que alguns indivíduos são eleitos para legislar e para executar o que for legislado (representantes do povo).

Mas não há garantia de que esses representantes de desincumbam a contento das funções que, na essência, visam ao estado de bem-estar geral. Isso impõe aos representados a eterna vigilância para cobrar e buscar bom funcionamento do Estado e do governo, assim compreendido o império da justiça social, com o que a sociedade estaria em harmonia.

Um indivíduo ético, de ato moral, cobra e cumpre seus direitos, e não se esquece de suas responsabilidades com os acordos sociais firmados, com o outro e com o planeta. Mas todos os outros gozam de todos os direitos? E se os outros não têm seus direitos reconhecidos, o indivíduo não estaria ou seria também vitimado já que parte da sociedade, da qual é parte, tem seus direitos negados?

Posso ser feliz e bom cidadão fechando os olhos às injustiças sociais, que têm como causa, quase sempre, a falta de ação eficiente do Estado para fazer valer os direitos básicos, ou seja, a ineficiência na escolha e execução de políticas públicas pelos governos?

Mesmo com o conjunto de direitos previstos na Constituição Federal, nem todos os indivíduos gozam desses direitos. É que não basta constar direitos na Norma Maior, nem em leis, é preciso ação dos governos e do Estado para tornar realidade o que mandam as leis.

E os governos têm sido eficientes o bastante para fazer chegar a todos a justiça social pretendida pela Constituição? Têm feito coisas certas para as pessoas certas, no lugar e tempos certos? Têm feito mais coisas com menos recursos? Ou têm impingido sua vontade arbitrária ao medo, à alienação, à desorganização e à miséria dos governados?

Alguns agentes de governo até apresentam nuances de administração pública patrimonialista e se apropriam do que é comum ou público; outros escolhem políticas públicas a reboque de suas paixões e vícios pela ausência de senso de justiça, atuam somente para a maioria e se esquecem da diversidade de grupos, de minorias que, somadas, representam contingente populacional significativo da sociedade. Legislam sem limite de sua vontade.

Em função da eficiência dos governos de diversas esferas, os indivíduos o julgam, reclamam e pedem soluções, ou seja, exercitam cidadania. Mas muitos não são atendidos, falam a ouvidos moucos. Diante do insucesso, continuam reivindicando e participam, isolada ou organizadamente, do coro dos descontentes.

E assim nasce uma “onda cidadã”. Um homem aqui, uma mulher acolá, e mais um, e mais outra, discordam e passam a agir ainda sem coordenação. E permanecem sem atendimento. Até que se juntam, coordenam ações e estratégias para encaminhar suas reivindicações e propostas de mudança. Está formado um movimento social, um canal para levar aos poderes estabelecidos reclamações e propostas de grupos sociais, para promover transformações sociais.

Desta forma, os movimentos sociais, que são exercícios de cidadania, surgem do tripé participação, organização e intervenção social, encaminham àqueles a quem outorgaram poderes proposta de mudanças visando ao bem-estar da sociedade ou de parte dela. Ou agem independentemente do patrocínio dos governos.

Movimentos sociais são formas de mobilização organizada de indivíduos para um objetivo comum explícito, visando transformações sociais.

Assim são as passeatas, as greves, os movimentos, comitês e fóruns por terra para plantar, por moradia popular, por ética na política, pelo combate à fome e à miséria, pela saúde, pela proteção contra o trabalho infantil, pela solidariedade, o movimento antiglobalização, a anistia internacional, os comitês de proteção ao idoso, à criança, pela proteção ao meio ambiente, pelo combate à violência, os movimentos de gênero, a pastoral da terra, e tantos outros movimentos que provocaram e provocarão transformações sociais.

Mas se o cidadão ou cidadã não tem condição de participar de movimentos já organizados, há formas de exercitar cidadania no bairro em que mora, na escola próxima ou no seu trabalho.

Participamos de associação de moradores do bairro? Envolvemos-nos com o orçamento participativo para a cidade ou bairro? Pertencemos a algum sindicato, associação de classe ou grupo de solidariedade? Somos da associação de pais e mestres da escola de nossos filhos? Participamos de consultas populares? Somos de algum grupo de vigília por alguma causa?

Já fomos à escola de nossos filhos ou irmãos mais novos para ler seu projeto educacional? Já pedimos alguma vez o conteúdo programático das disciplinas que nosso filho cursará? Conhecemos os critérios de avaliação de aprendizagem e institucional da escola de nosso filho? Sabemos qual a orientação religiosa ou filosófica da escola?

Estimulamos nossos filhos a participar de grupos de estudos e debates sobre a escola, meio ambiente, pobreza, religião, comunidade, sobre a sociedade, sobre a vida? Ou nossos adolescentes passam as horas de folga nos *shopping-centers*, em videogames, ou em frente de aparelhos de televisão?

Veja que não é difícil vigiar o cumprimento de nossos direitos e obrigações, nem de ofertar soluções para o que eventualmente esteja em desconformidade com as nossas necessidades e normas.

Ir à escola de filhos é um ato singelo, é um simples mas valioso exercício de cidadania. É nosso direito e obrigação conhecer o projeto educacional da escola de nossos filhos. Ou seu filho, uma arvorezinha ainda tênue, constroi conhecimentos sem que você saiba quais lhe são ensinados? Observe que a educação é meio de emancipação do homem, de desenvolvimento humano do seu filho.

QUE TIPO DE EDUCAÇÃO SEU FILHO RECEBE?

MOVIMENTOS SOCIAIS

A história do homem mostra que monarquias e regimes fortes, tiranos ou corruptos, foram substituídos por modelos de governo da maioria a partir de movimentos que exigiam respeito aos direitos do homem, consideradas as formas de luta, época e lugar.

Assim ocorreu na Grécia antiga quando Sócrates se opôs à elite, na França e na Inglaterra com as respectivas revoluções. No Brasil, existiram movimentos populares pela Independência (1822), pela Libertação dos escravos (1888), pela Proclamação da República (1889), pelas “Diretas Já” (1983), pela “Ética na Política e contra a corrupção” (1991-1992), e outros de significativa expressão. Alguns mais recentes estão em plena evolução.

Grandes conquistas sociais começaram, quase sempre, com movimentos sociais pequenos, com indivíduos reunidos em grupos diminutos, ganharam a simpatia de parte da sociedade, conquistaram adeptos, se tornaram grandes, e foram vitoriosos. É como um rio que nasce de um pequeno filete de água, recebe afluentes, contorna montanhas, salta cachoeiras e, inexoravelmente, deságua no mar.

Foi o caso da libertação dos escravos. Começou com Ganga Zumba, que fundou o Quilombo dos Palmares no primeiro século da nossa história. Depois vieram a Lei do Ventre Livre, a do Sexagenário e, por fim, a Lei Áurea.

Ainda que não resultasse significativa melhoria na condição de vida dos beneficiados, a luta de Ganga Zumba ensinou a liberdade de grande contingente de pessoas, mesmo contra o desejo da poderosa classe dos senhores da época.

A Proclamação da República não foi presente ao povo brasileiro, mas uma conquista. Um pequeno grupo de insatisfeitos aqui, outro mais acolá, com ações esparsas, reclamavam contra a monarquia. Depois veio a organização mediante a união da elite, representada pelos plantadores de café,

aos militares positivistas. Com um projeto de intervenção social, planejaram formas de luta e instauraram o federalismo no País.

Esses fatos históricos, como outros, foram permeados por movimentos localizados, menores, como se observa em livro de história do Brasil, (VICENTINO e DORIGO, 2001), tais como:

Cabanagem, no Pará (1835-1840), levante em que parte da elite apoiou a luta contra a discriminação social da população formada de indígenas, mestiços e negros que viviam em cabanas;

Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845), que lutou pela redução de impostos sobre o charque e outros produtos derivados do gado;

Sabinada, na Bahia (1837-1838), que foi uma forma de resistência de grupos urbanos contra determinações do governo central;

Balaiada, no Maranhão (1838-1841), que se insurgiu contra privilégios dos latifundiários e comerciantes portugueses;

Revolução Praieira, em Pernambuco (1849-1850), que reivindicava voto livre e universal, liberdade de imprensa, garantia de trabalho, nacionalização do comércio, abolição do trabalho escravo e instauração da República;

Guerra dos Canudos, em Uauá, sertão da Bahia (1896-1897), em que a população sertaneja carente se insurgiu contra a situação social do sertão nordestino e contra a injusta situação fundiária;

Semana de Arte Moderna, em São Paulo (1922), que objetivou romper as barreiras que impediam a livre-manifestação, criticou a submissão da arte brasileira às correntes culturais européias e pregou novas formas de expressão;

Movimento “Diretas Já” (1983-1984), de âmbito nacional, que lutou pelo voto direto para presidente da República;

Movimento pela “Ética na Política e Contra a Corrupção” (1991-1992), iniciado em Brasília e se alastrou pelo País, lutou contra a corrupção e culminou com o impeachment de um presidente.

Mas essas conquistas e mudanças não foram suficientes. E a busca constante de novas conquistas coletivas permanece, quer em função dos desejos ilimitados do ser humano, quer em vista da negação do direito ao bem-estar de milhões de pessoas. Sobre a tendência de continuidade das transformações, veja o que disse Herbert de Souza, o Betinho:

O mundo deu muitas voltas. Caíram barreiras, referências, mitos e muros. A história não coube em teorias. As teorias negaram suas promessas. O capitalismo continuou produzindo miséria, mas o socialismo avançou sem conseguir eliminá-la.

Os sistemas protegiam seus sócios e eliminavam os demais.

Depois de cem anos de socialismo e capitalismo, a miséria no mundo aumentou, a economia transformou-se num código de brancos e numa fábrica de exclusão racionalizada.

A modernidade produziu um mundo menor do que a humanidade. Sobraram bilhões de pessoas. Não se previu espaço para elas nos vários projetos internacionais e nacionais. No Brasil essa exclusão tem raízes seculares.

De um lado, senhores, proprietários, doutores. De outro lado índios, escravos, trabalhadores, pobres. (SOUZA, 1996, 31).

Alguns movimentos são exemplos de desprendimento e de solidariedade. Que tal o movimento contra a fome e a miséria, cujo patrono foi o Betinho? O movimento ganhou corpo, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea e, atualmente, o governo o adotou como política pública sob a forma de programa de combate à fome. Mas foi a participação e a organização das pessoas, para intervenção social, que levou o governo a formular tal política.

Observe um movimento de solidariedade e cidadania de âmbito transnacional, chamado “Metas do Milênio”. Em torno do tema realizou-se no Brasil, no dia 09 de agosto de 2004, dia de aniversário da morte de Betinho, a “Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade”. A idéia foi despertar nas pessoas e instituições gestos e ações capazes de multiplicar exemplos de cidadania e solidariedade.

Essas “Metas do Milênio” constituem um movimento de cidadania e solidariedade. Em 2000, 191 países da ONU, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir, até 2015, oito objetivos, que são:

- Acabar com a fome e a miséria;**
- Educação básica de qualidade para todos;**
- Igualdade entre sexos e valorização da mulher;**
- Reduzir a mortalidade infantil;**
- Melhorar a saúde das gestantes;**
- Combater a Aids, a malária e outras doenças;**
- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;**
- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.**

A Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade como informava Frei Betto, “não foi iniciativa do governo, embora conte com o seu apoio e participação. É uma proposta da sociedade civil, visando mobilizar a nação em torno de ações concretas que nos permitam construir o outro mundo possível” (2004, p. 19).

E continuava o sociólogo e voluntário:

”A pergunta central que a Semana pretende levantar é:

O que estamos fazendo para mudar o mundo?

O que faz você, a sua escola, a sua comunidade religiosa, o seu movimento social, a sua empresa?

Queixar-se é fácil e reclamar não é difícil.

O desafio, porém, é agir, organizar, conscientizar, transformar.” (FREI BETTO, 2004, p. 19).

E finalizava:

”É essa opção que a Semana quer incentivar.

Porque nós podemos mudar o Brasil e o mundo.

Basta passar das intenções às ações.” (FREI BETTO, idem, ibidem).

Em âmbito internacional, Al Gore dá um exemplo de luta pela qualidade de vida geral. Conclama cidadãos à luta contra a degradação do planeta terra ao afirmar que a responsabilidade por mudanças é de cada cidadão:

Agora só depende de nós. Precisamos colocar em ação nossa democracia, e a capacidade que Deus nos deu de raciocinar juntos sobre o nosso futuro, e fazer opções morais para mudar as políticas e os comportamentos novíços que, se continuarem, deixarão um planeta degradado, empobrecido e hostil para os nossos filhos e netos – e para toda a humanidade. (GORE, 2006, p. 296).

A história testemunha a importância da participação para a cidadania, para as transformações sociais. O estado de direito, a dignidade humana e, enfim, a paz individual e a paz geral podem se distanciar do indivíduo e inibir mudanças se não houver exercício contínuo de cidadania. É o que traduz frase lapidar de Betinho, **“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país.”**

É certo que há liberdade, que nossa Carta prevê direitos sociais, que há leis. Mas estas, por si, não se bastam à garantia de todos os direitos sociais constitucionais. Participar é preciso, organizar movimentos é necessário, pois a história da humanidade que o exercício da cidadania enseja intervenções sociais.

As crianças nascem e crescem livres. Mas há e haverá efetiva liberdade se grande contingente permanece presa à falta de perspectiva de educação, amarrada pela falta de moradia próxima a uma escola, se vive destinada à prostituição infantil, a perambular pelas ruas vendendo bugigangas no trânsito para ajudar a família, fadada ao trabalho infantil, à falta de lazer, de momentos lúdicos, de infância?

Lugar de guri é em casa e na escola, brincando e aprendendo.

“Olha aí, esse é meu guri,

Olha aí, é meu guri”

Olha aí, olha aí,

É o meu guri”.

Chico Buarque de Holanda

Digamos que tratamento damos hoje às crianças e diremos com que tipo de indivíduo queremos conviver no futuro. Que adulto será a criança que nasce e cresce sem direitos mínimos? Que futuro terá a sociedade?

Os conselhos tutelares funcionam como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA? A participação da comunidade em consultas e decisões sobre direitos da criança e do adolescente, sobre educação e sobre saúde é obrigatória, conforme previsto na Constituição. Se os órgãos de governo não funcionam a contento, como a participação cidadã poderia contribuir para tornar o ECA eficiente? Participando, organizando ações para mudar a perspectiva.

E os irmãos negros, ganharam liberdade com a Lei Áurea, é verdade. Mas não teriam continuado presos à miséria das favelas e dos guetos por tempo excessivo nessa condição? E os que saíram de suas cidades por falta de trabalho e de terras para plantar, e que hoje vivem sem moradias, homens e mulheres diferenciados no trabalho e homossexuais discriminados têm oportunidades e direitos realmente iguais e justos?

Observam-se grandes contingentes de homens e mulheres, adultos e crianças, negros e brancos, sem esperanças, nas cidades e nos campos, quase sem ânimo de luta em função da fome de que padecem, vivendo em condições sub-humanas.

Fácil ver a miséria no dia-a-dia quando vamos para o trabalho, para a escola, quando lemos jornal, quando vemos noticiários. É provável, pela natureza humana que ainda carregam, que os excluídos não tenham vocação para suprimidos.

E explode a violência, intolerável, implacável, que a todos amedronta.

E permanecem a indiferença, a omissão, a falta de compassividade por parte da sociedade, como se a paz fosse algo localizado, privativo de alguns lugares ou extratos sociais. Alguns dizem que a causa da miséria e por consequência, da violência, é a falta de família, a falta de direitos, é a ineficiência do governo, é a ausência do estado, é o sistema... Ainda que a causa seja uma dessas ou a conjugação de parte ou de todas, qual seria a causa da causa? Como combatê-la?

Educação - Papel na formação do cidadão e nas transformações sociais.

O homem tem uma característica gregária e solidária natural, pois sua natureza é associativa. Sozinho, no entanto, é pequeno para enfrentar a opressão do Estado e de grupos sociais e econômicos poderosos, o que impõe ao indivíduo educar-se para aprender a conviver, para buscar sua emancipação e para provocar transformações sociais saudáveis.

Para Paulo Freire (1997), a educação é um processo pelo qual o indivíduo se emancipa e se torna agente de transformação. Podemos deduzir que, se é processo, não é caracterizada por ações pontuadas ou estanques, mas um conjunto de experiências. Começa na infância e prossegue até a idade madura.

Essas experiências se iniciam na família, que é uma realidade humana e não uma abstração, é o ambiente responsável pela formação do cidadão para exercitar suas competências de ser e pensar como um ente único, de aprender a aprender, de conviver e de, com seu trabalho e ação, estabelecer e manter relações de interdependência com o outro e com o todo.

Uma convivência familiar de diálogo e regras consensuadas para conter excessos de crianças e jovens, de solidariedade e cooperação para ajuda mútua, de generosidade sem abrir mão dos limites, da idéia do que seja justo e das responsabilidades, de respeito recíproco sem abdicar das funções de pai e mãe, de acolhimento e compassividade frente a sofrimentos e obstáculos intransponíveis, de amor a todos, é capaz de fazer aflorar o sentimento de cidadania.

A propósito de educação na família, vejamos o que diz a escritora Lya Luft, em fragmento de artigo publicado no periódico “Veja”, de 14 de fevereiro de 2007, seção “Ponto de Vista”, intitulado “Família tem de ser careta”:

Esperando uma reação de espanto ou contrariedade ao título acima, tento explicar: acho, sim, que família deve ser careta, e que isso há de ser um bem incomparável neste mundo tantas vezes fascinante e tantas vezes cruel.

Dizendo isso não falo em rigidez, que os deuses nos livrem dela. Nem em pais sacrificiais, que nos encherão de culpas e impedirão que a agente cresça e floresça.

Não penso em frieza e omissão, que nos farão órfãos desde sempre, nem em controle doentio – que o destino não nos reserve esse mal dos males.

Nem de longe aceito moralismo e preconceitos, mesmo (ou sobretudo) disfarçado de religião, qualquer que seja ela, pois isso seria a diversão maior do demônio.

Falo em carinho, não em castração, penso em cuidado, não em suspeita.

Imagino presença e escuta, camaradagem e delicadeza, sobretudo senso de proteção. Não revirar gavetas, esvaziar bolsos, ler e-mails, escutar no telefone, indignidades legítimas em casos extremos de drogas ou outras desgraças, mas que em situação normal combinam com velhos internatos, não como família amorosa.

Falo em respeito com a criança ou adolescente, porque são pessoas, em entendimento entre pai e mãe...

Interesse não é fiscalizar ou intrometer-se, bater ou insultar, mas acompanhar, observar, dialogar, saber. (LUFT, 2007, p. 18)

O educar da criança e do adolescente é um trabalho de construção de indivíduos éticos e morais, autônomos na forma de pensar e responsáveis no agir, com a dignidade e auto-estima preservadas, com a capacidade de julgar o que é justo e injusto, de opor objeção a ameaças a si e aos outros e de aceitar

o que é bom para a vida. É educar para formar e socializar o homem, para prepará-lo para viver, conscientizá-lo do seu papel perante a humanidade.

Crianças educadas com excessiva rigidez e não com limites, sob vigilância e não sob cuidados, com frieza e sem carinho, submetidos a castigos e surras e não com diálogo, compreensão e amor, para obedecer e não para pensar, com a visão individualista e não com solidariedade, com chantagem (faça isso que lhe darei algo), com indiferença e não na compaixão, com omissão em vez da participação, serão adultos afáveis, tolerantes, pacíficos, amigos, compassivos?

Será bom governante, bom executivo, bom cidadão o adulto educado:

Na busca do progresso material ilimitado a ser alcançado pelo crescimento econômico e tecnológico, ou no apreço ao desenvolvimento sustentável a ser alcançado pela potencialização dos talentos humanos e dos recursos naturais?

Para a competição pela existência, ou para uma vida social comunitária e cooperativa em um todo interdependente?

Na ênfase das partes separadas, nos objetos, nas estruturas, nas hierarquias, ou para dar atenção ao todo integrado, aos relacionamentos, à interdependência?

No pensamento exclusivamente cartesiano, racional, reducionista e linear, ou na idéia da abordagem holística que considere o pensar intuitivo e não somente o linear?

Freire, tratando de pedagogia, diz que educar não é um simples processo de transferência de conhecimento, mas de conscientização e testemunho da vida. Para o educador, é imprescindível despertar a solidariedade social e política para evitar um ensino elitista e autoritário, que visa ao saber articulado, muito mais voltado para competir que para cooperar.

A educação deve, como diz o mestre, capacitar o homem para uma vida digna, contente em si mesmo e contentando os outros.

A cidadania se aprende no dizer de Santos (1993), o que guarda correlação com dispositivo constitucional que prevê a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, como meio de desenvolvimento da pessoa humana e de seu preparo para o exercício da cidadania.

O processo educacional e a construção da cidadania caminham juntos, pois aquele prepara o indivíduo para o exercício desta por intermédio de três etapas básicas que são: o conhecimento das liberdades, dos direitos e das obrigações; a formação de consciências dos sujeitos sociais para participar do meio; e a busca de emancipação do indivíduo ou de grupos, que viria com intervenções sociais.

**LIBERDADE, LIBERDADE, ABRE AS ASAS SOBRE NÓS (Medeiros e Albuquerque, 1889)
E QUE A VOZ DA IGUALDAD SEJA SEMPRE A NOSSA VOZ (Imperatriz Leopoldinense, 2000).**

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Você já pensou onde a humanidade obterá água no futuro? Atualmente 1,5 bilhão de pessoas vivem sem água potável. Quantos não teremos água no futuro?

Já pensou como viveremos se a quantidade de irmãos miseráveis continuar crescendo? Hoje somos 3 bilhões de semelhantes em miséria.

Como as empresas devem colaborar para reduzir o “efeito estufa”?

Alguém poderá se esconder da violência urbana?

O que faremos com nossas crianças que não têm onde morar, o que comer, nem escola para estudar?

Segundo o sociólogo Sílvio Caccia Bava, atualmente 20% dos seres humanos consomem 86% da produção da humanidade. E os demais, têm renda e consomem?

E o que devemos e podemos fazer para gerar trabalho para a maioria?

As organizações são construções humanas que surgiram diante da impossibilidade de o homem, por sua ação individual, satisfazer todas as suas necessidades. “Todas as organizações existem para produzir resultados externos” (DRUCKER, 2001, p. 32). Assim, na gênese das empresas reside o objetivo de satisfazer necessidades humanas, pois a sociedade - os consumidores, é a razão de sua existência.

As empresas ganharam papéis relevantes na vida das comunidades em que estão inseridas, inclusive de povos longínquos em decorrência do fim de fronteiras geográficas provocado pela globalização, afetando grupos de indivíduos de forma positiva ou negativa pela sua ação ou pela omissão.

Não devem, por isso, objetivar somente a geração de lucro econômico, pois não conseguiriam ficar indiferente, por muito tempo, às mazelas da sociedade da qual obtêm sua fortuna, mas contribuir para a melhoria do tecido social.

Cientes da necessidade de buscar, dia-a-dia, o equilíbrio entre o interesse social, econômico e ambiental, as empresas estão adotando uma filosofia de atuação baseada na responsabilidade social. Atualmente, de acordo com o Instituto Ethos, no Brasil, 1.161 empresas, cujo faturamento anual é quase 35% do Produto Interno Bruto – PIB, já adotaram a filosofia de responsabilidade social e operam dentro de padrões éticos.

Mas, o que é responsabilidade social?

Responsabilidade, de acordo com Japiassú e Marcondes, traduz a noção de que um “indivíduo deve assumir seus atos, reconhecendo-se como autor destes e aceitando suas conseqüências, sejam estas positivas ou negativas, estando portanto o indivíduo sujeito ao elogio ou à censura” (1996, p. 235).

Social, segundo o Dicionário Aurélio, é aquilo “que interessa à sociedade”, “da sociedade” (FERREIRA, 1996, p. 1602).

Para Japiassú e Marcondes, a noção de responsabilidade e de liberdade está intimamente ligada, pois só deve ser responsável por seus atos aquele que age com liberdade, por sua vontade, isto é, livre de coação interna ou externa, escolhe conscientemente como agir quando pode agir de forma diferente.

Como construções humanas, formadas que são por pessoas que lhe dão vida e alma, as empresas existem para atender necessidades da sociedade. Nessa linha, responsabilidade e liberdade para agir residiriam nas pessoas que moldam as empresas. O ente jurídico é inerte, enquanto os entes humanos, por seus comportamentos e atitudes, lhe movem, determinam rumos e dão um jeito responsável de atuar para as comunidades próximas e distantes, do presente e do futuro.

Segundo Passos (2004, p. 166), a responsabilidade social é uma nova filosofia de atuação, uma nova orientação para as organizações, que “pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais.”

Já para Srouf (2000, p. 262), a responsabilidade empresarial “diz respeito à tomada de decisões orientada eticamente, vale dizer, condicionada pela preocupação com o bem-estar da coletividade”. E nessa se incluem seus acionistas, empregados, clientes, fornecedores, concorrentes e parceiros, governo e meio ambiente.

Satisfazer exigências legais e necessidades de clientes somente não traduzem responsabilidade social, pois é o mínimo esperado das empresas. A filosofia da responsabilidade amplia o escopo empresarial, alcançando o respeito aos interesses presentes e futuros da população de forma geral, propostas claras e ações efetivas para ensejar mudanças sociais.

Também não se resume ao agir pontual e a práticas de cunho mercadológico, mas à conjugação da atividade empresarial a uma visão política e social permanente que possibilite o desenvolvimento sustentável das comunidades sobre as quais exerce influência, preserve o meio ambiente, respeite as culturas e a diversidade e que tenha compromisso com a redução de desigualdades.

Visões e filosofias empresarias não garantem, por si, a assunção da responsabilidade social. As ações sociais, as práticas de produção, de distribuição e de venda de produtos e serviços da empresa, quando éticas, históricas, intencionais e sistematizadas é que testemunharão essa responsabilidade.

É uma nova forma de relacionamento com os indivíduos, sem prejuízo para o homem, o meio ambiente e as empresas, pois caracterizada pela busca do equilíbrio. E como funciona este equilíbrio? Ora, sem forças antagônicas, a empresa alcança sucesso nos negócios em longo prazo, contribui para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, colabora para o zelo pelo meio ambiente e favorece à geração de uma sociedade mais justa.

Porque as empresas que adotam a filosofia da responsabilidade social teriam mais chances de sucesso em longo prazo? Porque hoje os produtos são semelhantes, os preços são idênticos e os esforços de *marketing* se equiparam, ou seja, há pouca diferenciação que garanta sucesso ao longo do tempo. Algo mais é esperado pelos detentores do poder, os clientes.

Pela consciência e prática da responsabilidade social, a empresa é vista como vetor de nova cultura empresarial e de mudança social, sendo este seu diferencial estratégico. Com a geração de mais valor para todos, tem mais probabilidade de sucesso e de duração.

Esse diferencial está nas posturas éticas das pessoas que conduzem a empresa e a esta impregna. Por serem responsáveis socialmente, conquistam a simpatia e o respeito das pessoas e das comunidades afetadas por sua atuação. Assim, são recompensadas com o comprometimento dos empregados, com relacionamentos confiáveis com fornecedores e preferência dos consumidores.

E outras ações semelhantes, como a filantropia e investimentos sociais privados são exemplos de responsabilidade social?

Não, são diferentes.

A **filantropia** é caracterizada por ações pontuais, realizadas em situações específicas, por caráter assistencialista inspirado em sentimento de solidariedade.

É o caso de empresa que, após o destelhamento de casas vizinhas a sua fábrica por uma ventania, cede galpões para acolher os moradores vitimados e providencia refeições e camas para essas pessoas.

Nesse caso, o público-alvo foi uma pequena comunidade, a ação foi temporária e pontuada, não sistematizada e sem ânimo de continuidade, que são aspectos típicos de ações filantrópicas.

O **Investimento social** privado tem como características o público específico a ser beneficiado, o planejamento e a duração das ações.

Pode ser o exemplo de uma empresa que resolve investir certo valor em dinheiro em projeto destinado à comunidade que vive próxima à nascente de um rio. Durante um ano, a empresa promove, às suas custas, festivais de música e poesia, contrata professores para dar aulas de educação ambiental, manejo da terra, flora e fauna.

Desta forma, o público foi específico, houve planejamento das ações, a duração foi determinada e sem ânimo de continuidade.

A responsabilidade social requer sistematização das ações, alcança todas as comunidades sob influência da empresa, conta com o engajamento de todos com os quais mantêm relacionamentos (sócios, empregados, clientes, fornecedores e parceiros e governo) e apresenta ânimo para continuidade das ações.

Suponha um banco que financia aquisição de moradias. Para financiar conjuntos habitacionais, estabelece regras claras e públicas que exijam dos incorporadores todas as licenças de órgãos ambientais com jurisdição sobre o local de construção das moradias; exige dos fornecedores não empregar mão-de-obra infantil; que os fornecedores de madeira, cimento, saibro, telhas e outros componentes apresentem licença para a exploração desses componentes; que ao final da construção seja plantada uma árvore no quintal de cada casa e nas ruas; que seja exigida construção de ligações de água e esgoto; que, dependendo da quantidade de moradias, exige construção de creches, escolas, postos médicos, postos policiais, centros de convivência, quadras de esporte, bibliotecas, etc.

Após a mudança das famílias, exige que sejam dadas aulas sobre coleta seletiva de lixo, educação ambiental, inibição de gravidez precoce, combate ao uso de drogas, direitos dos moradores como cidadãos. Durante anos, a entidade bancária, em conjunto com outras instituições, promove pesquisa sobre mortalidade infantil, repetência e evasão escolar, delinqüência de adultos e adolescentes na localidade e publica estatísticas para sensibilizar outras entidades bancárias e autoridades de governo.

Assim, a empresa contribuiria para preservar o meio ambiente educando a comunidade e fornecedores, ou seja, beneficiaria a população local e longínqua, no presente, sem comprometer a qualidade de vida no futuro; obteria o engajamento de todos que com ela se relacionam empresarialmente, inclusive governos; manteria a tendência da continuidade das ações em função de ter educado pessoas e de ter estabelecido regras para concessão de financiamentos.

Diversos organismos, fóruns, empresas e movimentos de âmbito nacional e internacional dedicam esforços para ajudar as empresas a adotar a filosofia da responsabilidade social em suas práticas empresariais. Inspiram, induzem e apóiam a assunção de novas posturas empresariais.

No Brasil, o principal agente é o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em cuja missão fica claro seu compromisso: “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Criado por iniciativa do empresariado brasileiro, o instituto tem renome internacional, mantém parcerias com entidades congêneres de outros países, organiza conhecimento e troca de experiências

sobre o assunto, desenvolve mecanismos para implantação e avaliação, pelas empresas, de práticas de gestão responsável.

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* proclama os direitos básicos dos indivíduos no sentido político, econômico e social, tendo como fio condutor a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Lembra às empresas que não bastam reconhecer o direito social e econômico, mas também os direitos civis e políticos dos indivíduos.

A *Agenda 21*, criada por governos e sociedade civil, é uma tentativa de revisão do modelo de desenvolvimento até então vigente. Propõe novo padrão que concilia eficiência econômica, proteção ambiental e justiça social. Compõe-se de quatro eixos:

Respeitar e cuidar da comunidade da vida;

Integridade ecológica;

Justiça social e econômica; e

Democracia, não violência e paz.

O *Pacto Global* é um desafio ao mundo empresarial para “dar uma face mais humana à globalização” (INSTITUTO ETHOS, 2007). É constituído de dez princípios para tornar a economia mundial mais sustentável e possibilitar a inclusão social. Por esses princípios, as empresas devem:

Apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos internacionalmente proclamados;

Certificar-se de que não são cúmplices em abusos de direitos humanos;

Apoiar a liberdade de associação e o efetivo reconhecimento do direito à negociação coletiva;

Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;

Apoiar a efetiva erradicação do trabalho infantil;

Apoiar a eliminação de discriminação relativa ao emprego e à ocupação;

Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;

Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis; e

Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Não são poucos os fóruns, instâncias e referências que estimulam e cobram práticas da responsabilidade social: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Agenda 21, Metas do Milênio, Pacto Global, todos já referidos anteriormente, e mais: Carta da Terra, Projeto Sigma, Diretrizes do GRI, Princípios de Governança Corporativa da OCDE, The Natural Step, Matriz Brasileira de Evidências de Sustentabilidade, SA 8000, AA 1000, Indicadores Ethos de RSE, Balanço Social Ibase, Balanço Social Ethos, Escala Akatu, Padrões ISO, Norma ABNT 1601, Critério de Excelência do PNQ/Sociedade, Princípios do FSC, OHSAS 18001.

Esse aparato, que se propõe a estimular práticas empresarias responsáveis, não é um mero conjunto de filosofias, pois as ações e práticas contínuas é que darão efetividade as suas propostas e desafios.

Para dimensionar o alcance de objetivos, o Instituto Ethos, por exemplo, estabelece 51 indicadores de desempenho para verificar se as oito metas do milênio estão sendo atendidas. É como um roteiro de auditoria social para avaliar o quanto a filosofia e as intenções são transformadas em ações de responsabilidade social.

O comportamento ético de uma empresa, que do começo ao fim é atributo do homem, é refletido não em seus regulamentos e códigos de conduta, mas nas relações com a comunidade sob sua influência e com a qual tem o dever de ser justa e zelosa, assim entendida seus sócios, empregados, consumidores, fornecedores, governos, concorrentes, parceiros e meio ambiente.

Mais que um chamamento da sociedade civil e dos governos, a responsabilidade social empresarial é um apelo, um desafio para tornar o mundo mais ameno, mais compassivo e menos aversivo ao homem. Pela ação humana, as empresas podem ter eficiência econômica com proteção ambiental e justiça social.

Se uma empresa age com mais ou menos responsabilidade, são as pessoas que assim procedem, pois sua vontade é refletida nas ações da empresa. Assim, o apreço que uma organização tem à comunidade espelha o respeito que seus donos e empregados têm à vida.

Conheça uma breve apresentação de organismos e documentos sobre responsabilidade social:

Carta de Terra – Conjunto de normas éticas e morais orientadoras de práticas que priorizam a sustentabilidade, equidade e a justiça no mundo. Aprovada pelas Nações Unidas em 2002, tem caráter abrangente e parte do princípio de que a busca por um mundo melhor deve conjugar desenvolvimento humano igualitário, direitos humanos, proteção ambiental e paz.

Projeto Sigma – Estimula a sustentabilidade nas empresas por meio da integração entre desenvolvimento social, ambiental e econômico. Contém um guia de princípios, um conjunto de princípios de gerenciamento de ações e um guia de ferramentas para implantação de filosofia de sustentabilidade.

Diretrizes do GRI – A Global Reporting Initiative estabelece diretrizes para a elaboração de balanço econômico, social e ambiental das empresas, com o objetivo de melhorar a qualidade de relatórios que contêm indicadores de sustentabilidade.

Princípios de Governança Corporativa da OCDE – A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE estabelece diretrizes e princípios para a governança corporativa, levando em conta os direitos e o tratamento igualitário entre acionistas, o papel das outras partes

interessadas, a abertura e a transparência e a responsabilidade dos conselhos de administração das organizações.

The Natural Step – Documento originado de um manifesto, foi desenvolvido por cientistas, contém quatro princípios de sustentabilidade que objetivam contribuir para o atendimento das necessidades humanas. Prega eficiência com responsabilidade no uso dos recursos naturais, em especial a eliminação de fatores e agentes derivados da ação humana que possam prejudicar o meio ambiente, tais como destinação de resíduos, colheitas excessivas e construções e mudanças danosas ao meio ambiente.

SA 8000 – Voltado para zelar por padrões de trabalho mais humanos, é uma certificação às organizações que zelam pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Alcança nove áreas de verificação: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e reivindicações coletivas, discriminação, práticas disciplinares, horas de trabalho, compensação e sistemas de gerenciamento.

AA 1000 – É uma norma que auxilia as empresas, acionistas, auditores, consultores e organizações certificadoras na adoção de métodos de análise de práticas de prestação de contas para assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético. Compreende as fases de planejamento, contabilidade, auditoria e relatório, implementação e engajamento das partes interessadas.

Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial – Conjunto de sete temas que servem para auto-avaliação do comprometimento das empresas com a responsabilidade social empresarial, bem como para gerenciar influências sociais e ambientais de sua atuação. Os indicadores alcançam os temas: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade e governo e sociedade.

Balanço Social Ibase – Criado pelo então presidente do Ibase, o Betinho, é uma metodologia empregada para quantificar práticas de responsabilidade social. Em forma de balanço de divulgação espontânea, as empresas prestam contas à sociedade sobre dispêndios com: folha de pagamento, encargos sociais, participação nos lucros, controle ambiental, educação, cultura e saúde.

Balanço Social Ethos – Retrata o papel social da empresa por meio de relato sobre os princípios e ações das empresas. É semelhante ao balanço do Ibase, mas agrega critérios de relevância, veracidade, rastreabilidade, comparabilidade e regularidade. Observa conteúdos do GRI, do Institute Of Social and Ethical Accountability (ISEA) e dos indicadores Ethos de responsabilidade Social.

Padrões Normas ISO 9000 e 14000 – São padrões internacionais de qualidade total e de proteção ambiental. A primeira orienta as empresas no relacionamento com o consumidor e nos processos de produção. A segunda fornece diretrizes às empresas e aos seus empregados para o manejo e zelo com o meio ambiente, bem como para prevenção de acidentes ambientais.

Critérios de Excelência do Prêmio Nacional de Qualidade – PNQ – O Conjunto de critérios de avaliação adotados pelo PNQ verifica se as empresas interagem com a sociedade de forma ética e transparente, mediante análise que indique contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Princípios do Forest Stewardship Council – FSC – Organização não-governamental criada a partir da “Rio 92”, estabelece princípios, critérios e padrões visando ao uso sustentável das florestas. Contempla aspectos econômicos, sociais e ambientais que afetam questões legais, direitos indígenas, direitos trabalhistas, benefícios múltiplos e conseqüências ambientais.

OHASA 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series) – Conjunto de padrões voltados para a segurança e saúde no trabalho, que prevêem aperfeiçoamento contínuo de processos para reduzir riscos ambientais, melhorar segurança e saúde ocupacional.

Para saber mais sobre cidadania e responsabilidade social empresarial, consulte os seguintes sítios:

www.ethos.org.br, www.fides.org.br, www.unglobalcompact.org,
www.projectsigma.com, www.onu.brasil.org.br, www.earthcharter.org.
www.undp.org.br, www.globalreporting.org, www.polis.org.br
www.universia.com.br, www.dhnet.org.br, www.osha-bs8800-ohsas-18001
www.isso.org, www.fsc.org, www.fpnq.org.br

Referências

ARISTÓTELES. CLARET, M (Org.). **Ética a nicômaco** – São Paulo: Martins Claret, 2002.

BAVA, S. C. A **produção da agenda social mundial**: uma discussão sobre contextos. Disponível em www.polis.org.br/artigo. Acesso em: 30 abr. 2007.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

EPICURO. **Os pensadores**. São Paulo: Abri Cultural, 1973.

FERREIRA. A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FREI BETTO. Oito jeitos de mudar o mundo. **Correio Braziliense**. Brasília: Edição de 16.07.2004, p. 19.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GORE, Albert. **Uma verdade inconveniente** – o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. Barueri/SP: Manole, 2006.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Sobre o instituto Ethos**. Disponível em www.ethos.org.br. Acesso em: 30 abr. 2007.

JAPIASSÚ, H.; MARCONES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LUFT, Lya. Família tem de ser careta. **Veja**. São Paulo, n. 1995, p. 18, 14./fev. 2007.

NASCIMENTO, F. P. **Ética nas organizações**, mudar é preciso. Texto ICAT. Brasília, 1998.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo. Abril Cultural, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TAMAYO, Álvaro; SCHUARTZ Shalon. H. Estrutura motivacional dos valores humanos. In: **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília: Universidade de Brasília, vol. 9, n 2, p. 89-91, mai./ago. 1993.

TELES, M. L. S. **Filosofia para jovens**: uma iniciação à filosofia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio**: história geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2001.